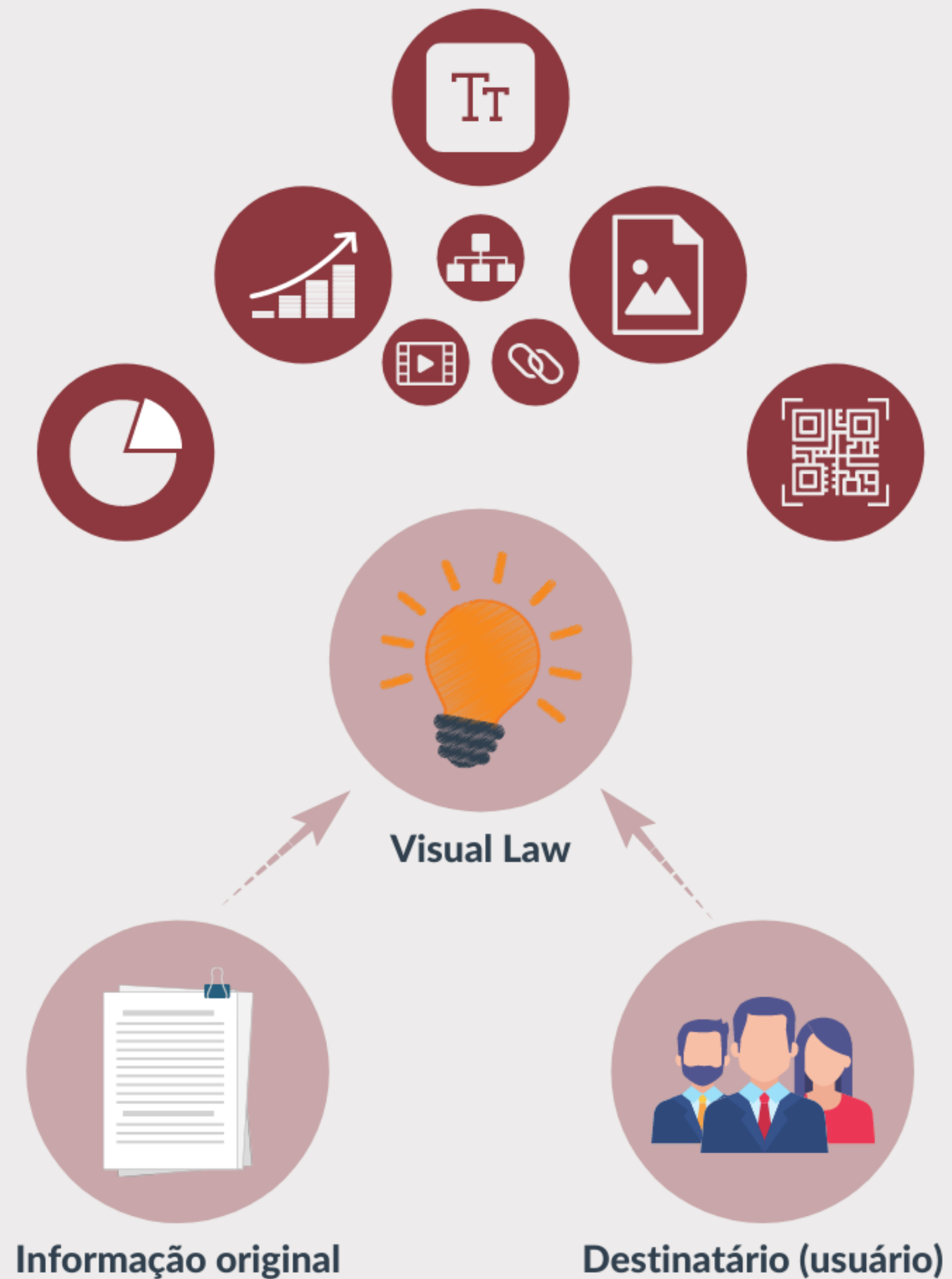
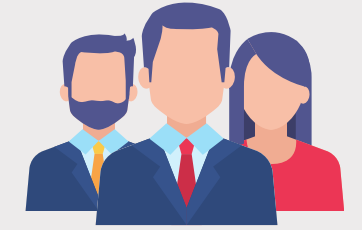
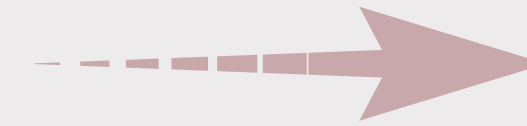


AUMENTE O POTENCIAL PERSUASIVO DO SEU NEGÓCIO COM O VISUAL LAW

FALE CONOSCO



O que é Visual Law?



É uma técnica moderna que aplica ferramentas e elementos do **Design Thinking** à elaboração de documentos transformando-os em documentos intuitivos, objetivos e de fácil entendimento, focado na experiência do usuário (UX Design).

Garanta que o seu cliente tenha **a melhor experiência** de uso com relação ao seu produto ou serviço que você oferece e melhore a forma como você está transmitindo as informações do seu negócio com a aplicação de técnicas visuais do Design alinhando os seus documentos com a identidade visual da sua marca.

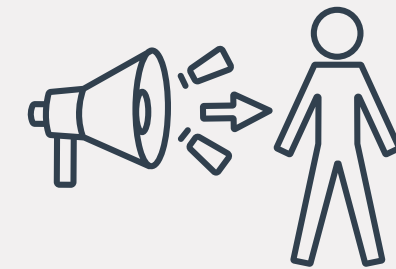
Por que você e seu negócio precisam do Visual Law?



O visual law possui processos que envolvem entender profundamente as necessidades dos usuários, seus objetivos, suas habilidades e limitações



Um documento em visual law possui alinhamento com os objetivos do negócio, no intuito de entregar produtos e serviços que sejam bons tanto para os usuários quanto para a sua marca



Gera muito mais resultado para o seu negócio, ampliando o poder persuasivo da sua marca.

Nossos serviços em Visual Law:



DOCUMENTOS JURÍDICOS FUNCIONAIS: tenha uma comunicação eficiente com seus clientes e parceiros.

Aplicação de Visual Law para:

Propostas, contratos de todas as espécies, circulares, regimentos internos, ofícios, peças jurídicas (do consultivo ou contencioso), termos de uso, relatórios, informativos, pareceres, manuais, termo de confidencialidade, privacidade



APRESENTAÇÕES:
apresente slides de sucesso

Quem precisa dos nossos serviços em Visual Law?



Empresas



Escritórios de Advocacia



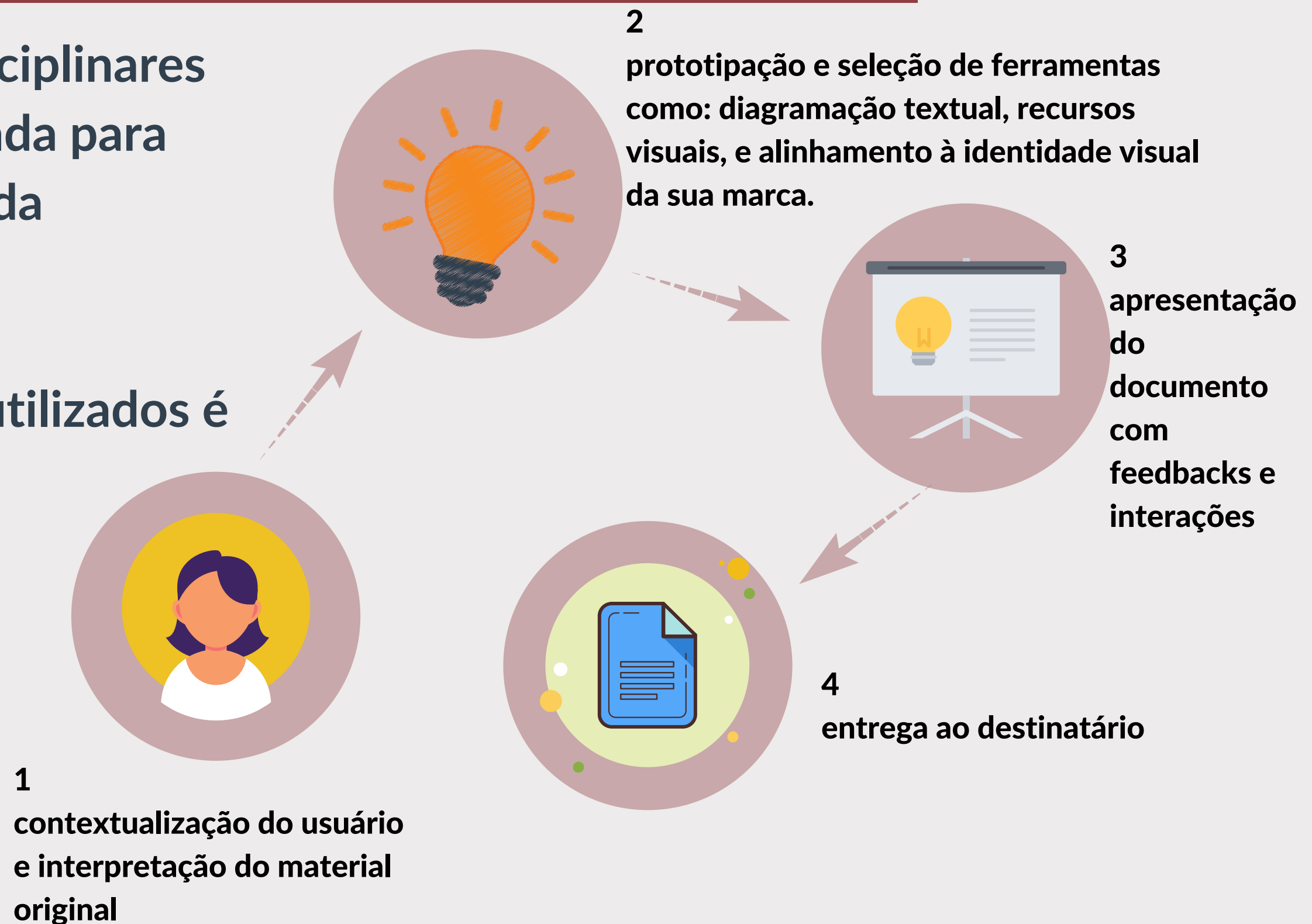
Advogados Autônomos

Processo criativo e ferramentas do Design Thinking

Atuamos com ferramentas multidisciplinares desenvolvendo uma ação humanizada para constituir a melhor solução para cada documento.

A definição de elementos a serem utilizados é feito em meio ao processo criativo.

Tudo feito como foco em oferecer a melhor experiência ao usuário com o seu documento.



Como posso contratar o Visual Law?

Você pode escolher o modelo de Visual Law que atenderá da melhor forma à sua necessidade: aplicação avulsa (um documento apenas) ou um pacote de materiais para o seu negócio.

ENTRE EM CONTATO CONOSCO! Selecione o contato por WhatsApp e faça seu pedido. Faremos o máximo para agilizar o seu atendimento.

O que recebo ao contratar o Visual Law?

O formato da entrega final da peça, os recursos visuais e a metodologia criativa variam conforme a necessidade da sua marca. Se você não souber qual a solução mais adequada ao seu objetivo, fique tranquilo: ouça a indicação dos nossos especialistas, é só entrar em contato.

Cases de aplicação do Visual Law

CONTESTAÇÃO



EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) FEDERAL DA
XXª VARA DO TRABALHO DE XX/XX



Processo
XXXXX-XX.XXXX.X.XX.XXXX

RECLAMADA RECLAMADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço comercial em xxxxxx, Bairro, Cidade, Estado - CEP, vem, com o devido respeito, por meio de seus procuradores, perante V. Exa., apresentar

CONTESTAÇÃO

contra os fatos e pedidos aduzidos na exordial da Reclamatória Trabalhista em trâmite perante Este r. Juízo, ajuizada por RECLAMANTE, com base nos fatos e fundamentos de Direito que se expõe a seguir:

Endereço - Cidade - CEP - Telefone
E-mail
Site

1. DAS NOTIFICAÇÕES

Primeiramente, Exa., requer-se que todas as publicações, notificações e demais atos processuais sejam feitos em nome dos advogados XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito na OAB/XX sob o nº. XXXX, e XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita na OAB/XX sob o nº. XXXX, com escritório à Rua XXXXXXXXXXXXXXXX sob pena de nulidade dos atos processuais, com fulcro no art. 236, § 1º, do Código de Processo Civil e Súmula 427 do Colendo TST.

2. SÍNTESE DOS FATOS E PEDIDOS

Na presente ação, aduz o reclamante ter sido contratado em XXXXX para exercer a função de XXXX, recebendo como última remuneração o valor de R\$-XXXXX, sendo pré-avisado de sua demissão sem justa causa em XXXX, contudo indica que somente teve a baixa em XXXX, por isso requer a retificação para o dia XXXXX devido a projeção do aviso prévio.

O Reclamante alega que:

Relações Estabelecidas



Endereço - Cidade - CEP - Telefone
E-mail
Site

Processo nº. XXXXX-XX.XXXX.X.XX.XXXX
3/6

3. OBJETOS E LIMITES DA LIDE

A presente reclamação trabalhista está adstrita aos seguintes objetos:
A) reconhecimento da Fusce scelerisque magna ut mauris porttitor varius. Maecenas aliquet diam in urna congue;
B) Reconhecimento da Fusce scelerisque magna ut mauris porttitor;

C) a condenação das Reclamadas Fusce scelerisque magna ut mauris porttitor varius. Maecenas aliquet diam in urna congue, bibendum;
D) retificação da CTPS Fusce scelerisque magna ut mauris porttitor;
E) adicional de Fusce scelerisque magna ut mauris porttitor varius. Maecenas aliquet diam in urna congue, bibendum;
F) Justiça Gratuita;
G) Honorários Advocaticios.

Esta reclamada requer seja observado os limites scelerisque magna ut mauris porttitor varius. Maecenas aliquet diam in urna congue, bibendum dignissim diam hendrerit. Duis nec tortor vel metus consequat mollis rhoncus malesuada metus.

4. DA PRELIMINAR DE MÉRITO

Prejudicial 1
Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Morbi nisi lorem, auctor sit amet arcu et, gravida dapibus nunc. Maecenas eu elit eget lorem tempor tempus eget vel nisi. Duis congue magna sit amet lectus ultrices sodales.

Prejudicial 2
Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Morbi nisi lorem, auctor sit amet arcu et, gravida dapibus nunc. Maecenas eu elit eget lorem tempor tempus eget vel nisi. Duis congue magna sit amet lectus ultrices sodales.

Endereço - Cidade - CEP - Telefone
E-mail
Site

Processo nº. XXXXX-XX.XXXX.X.XX.XXXX
4/6

Desta feita, nos termos do artigo 337, Inc. XI do CPC, a reclamada é parte ilegítima para figurar no polo passivo da presente demanda, devendo, de plano, ser excluída da lide.

Assim, requer a defendente, nesta oportunidade, que seja a presente ação julgada sem resolução do mérito, por falta de legitimidade por parte da defendente, devendo ser o presente feito extinto na forma do art. 485, VI, do CPC/2015, utilizada subsidiariamente no Processo Trabalhista, a teor do art. 769 da CLT.

Sobre as preliminares apontadas, confira **PROVAS DOCUMENTAIS:**



5. MÉRITO

Mérito 1

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Morbi nisi lorem, auctor sit amet arcu et, gravida dapibus nunc. Maecenas eu elit eget lorem tempor tempus eget vel nisi. Duis congue magna sit amet lectus ultrices sodales.

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Morbi nisi lorem, auctor sit amet arcu et, gravida dapibus nunc. Maecenas eu elit eget lorem tempor tempus eget vel nisi. Duis congue magna sit amet lectus ultrices sodales.

Endereço - Cidade - CEP - Telefone
E-mail
Site

Processo nº. XXXXX-XX.XXXX.X.XX.XXXX
5/6

Mérito 2

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Morbi nisi lorem, auctor sit amet arcu et, gravida dapibus nunc. Maecenas eu elit eget lorem tempor tempus eget vel nisi. Duis congue magna sit amet lectus ultrices sodales. Veja o [contrato de Trabalho](#):



Percebe-se então:

O vínculo nunca foi com a 2ª Reclamada, ora defendente. Maecenas eu elit eget lorem tempor tempus eget vel nisi. Duis congue magna sit amet lectus ultrices sodales. Maecenas eu elit eget lorem tempor tempus eget.

Nesse mesmo sentido colaciona-se as seguintes decisões:



Desta feita, requer-se que a presente ação seja **julgada totalmente improcedente** em face da defendente, já que o empregados é, na realidade da 1ª reclamada.

Endereço - Cidade - CEP - Telefone
E-mail
Site

6. DA CONCLUSÃO

Por tudo isso, requer a reclamada a essa Vara do Trabalho que receba esta contestação e determine sua juntada aos autos, prosseguindo-se nos ulteriores de direito, até decisão final determinando a improcedência de todos os demais pedidos da petição inicial (CPC, art. 269, I).

Nestes termos, pede-se deferimento.
Local, xx de xxxxxxx de xxxx.
P.p.

XXXXXXXX XXX XXXXXX
OAB/XX - XXXXXX
XXXXXXXX XX XXXX XX XXXXX
OAB/XX - XXXXXX

Endereço - Cidade - CEP - Telefone
E-mail
Site

Cases de aplicação do Visual Law

INFORMATIVO/CIRCULAR



PÁGINA 02

COMPILADO DAS INFORMAÇÕES MAIS RELEVANTES NAS MEDIDAS PROVISÓRIAS Nº. 1.045 E 1.046

O novo programa emergencial pode ser aplicado a partir de 28 de abril de 2021 e tem um prazo de duração de 120 dias!

MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 1.045

Cria Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. As regras seguem os mesmos moldes de 2020.

Como funciona o novo programa de redução de jornada e suspensão de contrato?

- O Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda permite, por até 120 dias, a suspensão de contratos de trabalho e a redução proporcional de jornada e salário.

ATENÇÃO: Este prazo poderá ser prorrogado a qualquer momento pelo governo, desde que haja orçamento disponível para isso.

Isso significa que, a partir de 28 de abril, empregadores podem fazer acordos individuais ou coletivos com seus funcionários para suspender contratos ou reduzir jornadas.

Como funciona o novo programa de redução proporcional de jornada e salário?

- A medida permite que jornadas e salários sejam reduzidos em 25%, 50% ou 70% em acordos individuais ou coletivos.

- O trabalhador que for impactado por esta medida receberá uma **compensação do governo** – o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEM).

O valor será calculado de forma proporcional à redução de salário e ao seguro-desemprego a que o empregado teria direito caso fosse demitido.

I Na hipótese de redução de jornada de trabalho e de salário, será calculado com a aplicação do percentual da redução sobre a base de cálculo; e

II Na hipótese de suspensão temporária do contrato de trabalho, terá valor mensal:

a) equivalente a cem por cento do valor do seguro-desemprego a que o empregado teria direito, na hipótese prevista no caput do art. 8º; ou

b) equivalente a setenta por cento do valor do seguro-desemprego a que o empregado teria direito, na hipótese prevista no § 6º do art. 8º.

PÁGINA 03

COMPILADO DAS INFORMAÇÕES MAIS RELEVANTES NAS MEDIDAS PROVISÓRIAS Nº. 1.045 E 1.046

Novo programa emergencial

IMPORTANTE: O BEM não será devido ao empregado que esteja ocupando cargo ou emprego público ou cargo em comissão de livre nomeação e exoneração ou seja titular de mandato eletivo;

Ou que esteja gozando:

I. De benefício de prestação continuada do RGPS ou dos regimes próprios de previdência social;

II. De seguro-desemprego, em quaisquer de suas modalidades;

III. De benefício de qualificação profissional.

- O empregado com mais de um emprego pode cumular o BEM para cada vínculo que tenha tido redução proporcional de jornada de trabalho e de salário ou suspensão temporária do contrato de trabalho.

NÃO FAZ JUS AO RECEBIMENTO DO BEM empregado com contrato de trabalho intermitente.

Como funciona o novo programa de suspensão temporária de contrato?

- A suspensão temporária do contrato pode ser feita por convenção coletiva de trabalho, acordo coletivo ou acordo individual escrito.

- Quem tiver o **contrato suspenso ou a jornada e o salário reduzidos** também não pode ser demitido pelo período em que durou o acordo – exceto no caso de demissão por justa causa. Se o trabalhador ficou 120 dias com o contrato suspenso, por exemplo, não poderá ser demitido por 120 dias após o fim da suspensão.

Caso a empresa descumpra essa regra e demita o funcionário durante o período de estabilidade, será obrigada a pagar, além das parcelas rescisórias, uma indenização sobre o salário a que o empregado teria direito durante o prazo de estabilidade.

PÁGINA 04

COMPILADO DAS INFORMAÇÕES MAIS RELEVANTES NAS MEDIDAS PROVISÓRIAS Nº. 1.045 E 1.046

Novo programa emergencial

MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 1.046

Estabelece flexibilizações na legislação trabalhista, que poderão ser adotadas pelos empregadores pelo prazo de 120 dias.

Como funciona o teletrabalho?

- O empregador poderá, alterar o regime de trabalho presencial para teletrabalho, trabalho remoto ou outro tipo de trabalho a distância, independentemente da existência de acordos individuais ou coletivos, dispensado o registro prévio da alteração no contrato de trabalho.

→ A alteração do contrato deve ser notificada ao empregado com antecedência de, no mínimo, 48 horas, por escrito ou por meio eletrônico.

PRAZOS IMPORTANTES

O empregador informará ao Ministério da Economia a redução da jornada de trabalho e do salário ou a suspensão temporária do contrato **no prazo de dez dias**, contado da data da celebração do acordo.

A primeira parcela será paga no **prazo de trinta dias**, contado da data da celebração do acordo.

Tanto na redução proporcional de jornada de trabalho e de salário quanto na suspensão temporária do contrato de trabalho a jornada de trabalho e o salário pago anteriormente serão restabelecidos no **prazo de dois dias corridos**, contado da data estabelecida como termo de encerramento do período.

Os acordos individuais de redução de jornada de trabalho e de salário ou de suspensão temporária do contrato de trabalho, pactuados nos termos do disposto nesta Medida Provisória, deverão ser comunicados pelos empregadores ao sindicato da categoria profissional **no prazo de dez dias corridos**, contado da data de sua celebração.

PÁGINA 05

COMPILADO DAS INFORMAÇÕES MAIS RELEVANTES NAS MEDIDAS PROVISÓRIAS Nº. 1.045 E 1.046

Novo programa emergencial

Previsão Contratual da responsabilidade pelos equipamentos de trabalho à distância.

- As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, pela manutenção ou pelo fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância e as disposições relativas ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado **devem ser previstas em contrato escrito**, firmado previamente ou no prazo de trinta dias, contado da data da mudança do regime de trabalho.

- O tempo de uso de equipamentos tecnológicos, softwares, ferramentas digitais ou de aplicações de internet utilizados para o teletrabalho **fora da jornada de trabalho normal do empregado, não constitui tempo à disposição**, regime de prontidão ou de sobreaviso, exceto se houver previsão em acordo individual ou em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Como funciona a Antecipação de Férias Individuais?

O empregador pode antecipar as férias do empregado, para isso precisa avisar o empregado com antecedência de, no mínimo, 48 horas, por escrito ou por meio eletrônico, com a indicação do período a ser gozado.

- A obrigatoriedade de treinamentos periódicos dos empregados, previsto em normas de segurança do trabalho, está **SUSPENSA**.

PÁGINA 06

COMPILADO DAS INFORMAÇÕES MAIS RELEVANTES NAS MEDIDAS PROVISÓRIAS Nº. 1.045 E 1.046

Novo programa emergencial

Como funciona o banco de horas?

- Por meio de acordo individual ou coletivo escrito, os empregadores poderão interromper as atividades produtivas e constituir um regime especial de compensação de jornada, por meio de banco de horas.

- A compensação deve acontecer no prazo de até 18 meses, contado da data de encerramento do período de 120 dias da vigência da MP. Nesse caso, haverá prorrogação de jornada em até duas horas, a qual não poderá exceder dez horas diárias, e poderá ser realizada aos finais de semana.





- As empresas que desempenham atividades essenciais poderão, durante o prazo previsto, constituir o banco de horas independentemente da interrupção de suas atividades.

FGTS: recolhimento suspenso?

Fica suspenso temporariamente o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelos empregadores por quatro meses: abril, maio, junho e julho.

GOSTARIA DE CONVERSAR CONOSCO?

Clique em um ícone e mande uma mensagem

Cases de aplicação do Visual Law

CONTRATO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
Assessoria e Consultoria em Marketing

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma do direito, são as partes assim qualificadas:

CONTRATANTE:
EMPRESA, lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Morbi nisi lorem, auctor sit amet arcu et, gravida dapibus nunc. Maecenas eu elit eget lorem tempus tempus eget vel nisi. Duis congue magna sit amet lectus ultrices sodales.

CONTRATADA:
EMPRESA, lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Morbi nisi lorem, auctor sit amet arcu et, gravida dapibus nunc. Maecenas eu elit eget lorem tempus tempus eget vel nisi. Duis congue magna sit amet lectus ultrices sodales.

CONSIDERAÇÕES PRÉ-CONTRATUAIS:

- A intenção da presente contratação visa - para além da produção e publicação de material gráfico publicitário em mídias digitais - a atração de novos clientes com o aumento do número de inscritos no APP da marca XXXXXXXX.
- Para atender os fins da presente contratação define-se **Inbound Marketing** como:
METODOLOGIA PARA ENTENDER COMO O CONSUMIDOR:
- PENSA
- INTERAGE
- CHEGA AO MOMENTO DA COMPRA

com base no contexto digital do contratante

página 2

CLÁUSULA PRIMEIRA
Do Objeto

1. A CONTRATADA prestará à CONTRATANTE serviços de Inbound Marketing, lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Morbi nisi lorem, auctor sit amet arcu et, gravida dapibus nunc.

Parágrafo Primeiro: Compõe o Inbound Marketing lorem ipsum dolor sit amet, consectetur.

| PACOTE DE SERVIÇOS | | | | |
|--------------------|--|--|--|--|
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

Parágrafo Segundo: São metas da presente contratação:

- lorem ipsum dolor sit amet;
- lorem ipsum dolor sit amet;
- lorem ipsum dolor sit amet;

CLÁUSULA SEGUNDA
Das Obrigações da Contratada

2. A CONTRADA se obriga a:

- Caberá à CONTRATADA executar os serviços discriminados na Cláusula Primeira deste contrato com pleno zelo.
- Manter, durante toda a execução do Contrato, a fim de cumprir com as obrigações por ele assumidas, lorem ipsum dolor sit amet;

página 3

CLÁUSULA SEGUNDA
Das Obrigações da Contratada

- Executar os serviços contratados através Morbi nisi lorem, auctor sit amet arcu et, gravida dapibus nunc. Maecenas eu elit eget lorem tempus tempus eget vel nisi. Duis congue magna sit amet lectus ultrices sodales.
- Guardar sigilo de todas as informações que forem postas à sua disposição, nisi lorem, auctor sit amet arcu et, gravida dapibus nunc. Maecenas eu elit eget lorem tempus tempus eget vel nisi. Duis congue magna sit amet lectus ultrices sodales.
- Garantir a execução deste contrato por sua equipe de profissionais, magna sit amet lectus ultrices sodales.
- Eximir a CONTRATANTE de morbi nisi lorem, auctor sit amet arcu et, gravida dapibus nunc. Maecenas eu elit eget lorem tempus tempus eget vel nisi. Duis congue magna sit amet lectus ultrices sodales.
- Cumprir e entregar o pacote de serviços objeto da presente contratação descrito na cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA
Das Obrigações da Contratante

3. A CONTRATANTE se obriga a:

- Prestar as informações morbi nisi lorem, auctor sit amet arcu et, gravida dapibus nunc. Maecenas eu elit eget lorem tempus tempus eget vel nisi. Duis congue magna sit amet lectus ultrices sodales.
- Promover através de seu representante, o acompanhamento e fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer morbi nisi lorem, auctor sit amet arcu et, gravida dapibus nunc. Maecenas eu elit eget lorem tempus tempus eget vel nisi. Duis congue magna sit amet lectus ultrices sodales.

página 5

CLÁUSULA QUINTA
Da Proteção de dados e Direitos Autorais

II. Cumprir e fazer cumprir seus funcionários morbi nisi lorem, auctor sit amet arcu et, gravida dapibus nunc. Maecenas eu elit eget lorem tempus tempus eget vel nisi. Duis congue magna sit amet lectus ultrices sodales.

Parágrafo único: A penalidade para o descumprimento da presente cláusula é de morbi nisi lorem, auctor sit amet arcu et, gravida dapibus nunc. Maecenas eu elit eget lorem tempus tempus eget vel nisi. Duis congue magna sit amet lectus ultrices sodales.

CLÁUSULA SEXTA
Do Preço e Forma de Pagamento

6. A contra prestação dos serviços prestado será feita da seguinte forma:

- A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o valor de R\$ XXXXXXXXXXXX mensais.
- A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pelos serviços efetivamente executados, após o recebimento da nota fiscal/fatura devidamente atestada, via transferência bancária no banco xxxxx, agência, xxxxx e conta corrente xxxxxx.

CLÁUSULA SÉTIMA
Da Confidencialidade

7. O termo de confidencialidade se regerá da seguinte forma:

- A CONTRATANTE se compromete a manter sigilo maecenas eu elit eget lorem tempus tempus eget vel nisi.
- A CONTRATANTE se compromete a não tomar qualquer medida com vistas a obter para si ou para terceiros, maecenas eu elit eget lorem tempus tempus eget vel nisi. Duis congue.
- As partes declaram expressamente que esta cláusula de confidencialidade é firmada com o intuito de evitar a divulgação e utilização não autorizada das informações confidenciais trocadas entre as PARTES por ocasião da realização do presente contrato.

Parágrafo único: A penalidade para o descumprimento da presente cláusula é de Maecenas eu elit eget lorem tempus tempus eget vel nisi. Duis congue magna sit amet lectus ultrices sodales. Maecenas eu elit eget lorem tempus tempus eget vel nisi. Duis congue magna sit amet lectus ultrices sodales.

página 6

CLÁUSULA NONA
Da Rescisão

9. Constituem motivos para a rescisão deste contrato:

- Não cumprimento de cláusulas, especificações e prazos;
- Atraso ou paralisação injustificados e/ou maecenas eu elit eget lorem tempus tempus eget vel nisi.
- Desentendimento às determinações da fiscalização da CONTRATANTE;
- Alteração social ou modificação maecenas eu elit eget lorem tempus tempus eget vel nisi. Duis congue magna sit amet lectus ultrices sodales.

A rescisão do Contrato poderá ser:

- Determinada por ato unilateral congue magna sit amet lectus ultrices sodales.
- Amigável sit amet lectus ultrices sodales.
- Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA
Da vigência

10. O prazo de vigência para execução dos serviços será de xxxxx a partir da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, podendo ser prorrogado e/ou alterado por acordo entre as partes, mediante termo aditivo.

Assinatura: [Diagrama de linha de tempo com pontos de Assinatura, fim e Possibilidade de Prorrogação/Acordo ou Termo Aditivo]

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
Do Foro

10. O foro do presente Contrato será o da cidade de Belém/PA, renunciando a CONTRATADA, por si e seus sucessores, a qualquer outro que tenha ou venha ter, por mais privilegiado que seja. Fica eleito o foro da comarca de Belém, estado do Pará, Brasil, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do contrato, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

página 7

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas maiores e capazes que subscrevem, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Local, XX de XXXXX de xxxx

Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

O que nossos clientes dizem:

(feedbacks positivos de clientes)